

HABEAS CORPUS Nº 568.774 - SP (2020/0074666-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : BRUNO KENJI KAJIWARA E OUTROS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EZEKIEL IKECHUKWU GODWIN (PRESO)
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO - SP239535
ANGELA DE FATIMA ALMEIDA - SP328515
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. ALEGADA FRAGILIDADE DO ESTADO DE SAÚDE DO PACIENTE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DEFERITÓRIA DA CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR PELO DESEMBARGADOR RELATOR DO WRIT ORIGINÁRIO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. HABEAS CORPUS JULGADO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EZEKIEL IKECHUKWU GODWIN contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 2053029-33.2020.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta que o Paciente foi condenado à pena privativa de **06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado**, e ao pagamento de 666 (seiscentos e sessenta e seis) dias-multa, pela prática do ilícito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois, em concurso de pessoas, trazia e tinha em depósito "548 (*quinhentos e quarenta e oito*) *invólucros de cocaína, num total de 5,1 quilogramas*". A sentença **negou o direito de recorrer em liberdade**, mantendo a prisão preventiva do Condenado.

A Defesa interpôs apelação na Corte estadual.

Em 12/11/2019, em **resposta a pedido de liberdade provisória**, o Juízo sentenciante determinou que tal pleito deveria ser dirigido ao Tribunal de origem, onde se

Superior Tribunal de Justiça

aguarda o julgamento da apelação, tendo em vista que cessada sua prestação jurisdicional (fl. 991).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal *a quo*, alegando negativa de prestação jurisdicional e aduziu, ainda, que a manutenção da custódia do Paciente, que é transplantado renal, lhe causaria sérios problemas de saúde, tendo em vista a pandemia do coronavírus.

A liminar foi indeferida em 24/03/2020 (fls. 36-37)

Irresignada com o indeferimento da liminar, a Defesa impetrou novo *habeas corpus*, que, em razão da reiteração de pedido do *hc* anterior, também teve o pleito liminar indeferido em 24/03/2020 (fl. 34).

Neste *writ*, a Defesa sustenta, em suma, que: (i) o posicionamento do STF é no sentido de que é vedada a execução provisória da pena; (ii) de que o estado de saúde do Paciente (transplantado renal) exigiria, diante da pandemia de coronavírus, a concessão da prisão domiciliar; (iii) o crime pelo qual foi condenado o Réu teria sido praticado sem violência e que o mesmo possuiria endereço fixo.

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória e, subsidiariamente, a conversão da preventiva em prisão domiciliar.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao *site* mantido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pude constatar que o Desembargador relator consignou, em 28/03/2020, que "*despachei, nesta data, nos autos do HC 2053029-33.2020, concedendo a liminar. Tratando-se, esta, de ação idêntica, voltem aqui conclusos somente após ao julgamento daquela impetração*".

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora